MEMÓRIA - REUNIÃO CADES BUTANTÃ

Data: 30/06/2022

Local: Reunião online. link meet.google.com/bxs-izne-cre

Horário: das 19h00às 21.45h

Presentes:

Alessandro Di Carlo Formigoni – **Chefe de Gabinete da Subprefeitura Butantã**

Maria Sampaio Bonafé – **Conselheira Suplente representante da Subprefeitura-Butantã**

Solange S. Silva Sanchez – **Conselheira Titular representante da SVMA**

Conselheiros representantes da Sociedade civil

Titulares:

Ana Aragão

Angela MartinsBaeder

Elio Jovart Bueno de Camargo

Deborah Pontalti Marcondes

Julia PedoteLourenção

Luciana Molinari Murakami

Maria Angélica Correia de Oliveira

Milena Saad MaluhyBournellis

Vinicius Pereira de Souza

Suplentes:

Bruno Salerno Rodrigues

Pauta

1. Apresentação do PlanClima por Laura Ceneviva (SVMA)
2. Aprovação da Ata da reunião realizada em 26 de maio de 2022
3. Encaminhamentos sobre situação da área verde objeto do Termo de Cooperação Nº 91/SUB – BT/2019 (Rua Padre Justino e Rua Dr. Cicero de Alencar)
4. Encaminhamentos relativos ao documento preparado pelo Cades sobre Ampliação do Instituto Butantã e Ponto de Economia Solidária

Coordenadora da reunião: Maria Sampaio Bonafé

1. Apresentação PlanClima

A reunião teve início às 19.10h.

Maria Bonafé apresentou Laura Ceneviva, arquiteta e urbanista da SVMA, coordenadora do Plano de Ação Climática do Município de São Paulo-PlanClima e ex-Secretária Executiva do Comitê de Mudanças do Clima e Ecoeconomia do município de São Paulo.

Inicialmente, Laura destacou que o PlanClima tem um horizonte temporal de longo prazo, com ações previstas até 2050, sendo muito importante que as pessoas conheçam o plano, que seja divulgado em todas partes da cidade para que seja possível capturar as percepções e observações que a sociedade faz do plano. O PlanClima tem um horizonte temporal de longo prazo, estando previsto que no primeiro ano de cada nova gestão o plano seja revisto, considerando que há ações previstas até para 2050 e muitas transformações podem ocorrer nesse período. O PlanClima deverá ser continuamente recomposto.

Na sequência Laura Ceneviva iniciou a apresentação do *powerpoint* (o arquivo com a apresentação foi disponibilizado aos conselheiros e segue como anexo à presente memória da reunião).

Destacam-se os principais tópicos e questões apresentados:

EFEITO ESTUFA

AQUECIMENTO GLOBAL

POR QUE 2050 É TÃO IMPORTANTE?

- Relatório de avaliação 6 do IPCC – *Intergovernmental Panel on Climate Change*. (Painel Intergovernamental Sobre Mudanças Climáticas)

O PLANO DE AÇÃO CLIMÁTICA NO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO:

- A questão de escala
- A questão Sistêmica
- Exemplos de ações já feitas em SP
- Como foi elaborado o PLANCLIMA
- Critérios de definição das ações integrantes do PLANCLIMA SP
- Estratégias do PLANCLIMA SP
- Rumo ao carbono zero
- Adaptar a cidade de hoje para o amanhã
- Proteger pessoas e bens
- A importância da Mata Atlântica
- Geração de trabalhos e riquezas sustentáveis
- As questões das mudanças de temperatura
- Mapeamento da cobertura vegetal do município de São Paulo

Ao final da apresentação, a coordenadora da reunião, Maria Bonafé, agradeceu a Laura e passou a palavra aos conselheiros, para que fizessem perguntas.

Luciana: agradeceu a Laura, destacando que foi um trabalho incrível da prefeitura; perguntou qual foi o prazo de elaboração do plano. Ressaltou que é muito interessante que a cidade esteja se preocupando em se tornar mais resiliente em relação às mudanças climáticas. Questionou, quando se fala que a prefeitura precisa fazer licitações sustentáveis, qual é o real interesse político? Diante de todas as informações do PlanClima, qual foi a repercussão política interna, considerando que depende da vontade política para que tudo seja implementado; perguntou sobre a continuidade, o próximo passo, como os governantes estão encarando e levando o plano com seriedade.

Laura: Esclareceu que o prefeito Bruno Covas assinou a parceria com a C40 em setembro de 2018. Comentou que os prefeitos e outras autoridades, mas principalmente prefeitos, têm ideia muito clara sobre trânsito, educação, edificações, mas não sobre a mudança do clima, havendo insegurança para enfrentar essa questão. Observou, nesse sentido, que a participação dessas organizações internacionais multilaterais é muito útil porque dá o amparo que eles precisam para enfrentar a questão. Esclareceu que a C40 é uma organização que se apresentou com um quadro de planejamento, houve concordância, ficando a coordenação do plano com a prefeitura; a C40 ofereceu apoio. Destacou que o processo foi totalmente conduzido pela cidade com apoio da C40. Esclareceu, ainda, que para fazer o plano era necessário fazer o inventário, sendo que o último havia sido publicado quando o [secretário] Eduardo Jorge já tinha saído. Informou que a versão preliminar saiu ainda no tempo do Eduardo Jorge, era necessário atualizar o inventário para fazer o plano. Esclareceu que a metodologia havia mudado em 2014, que na COP realizada em Lima, no Peru, foi apresentada pelas cidades uma proposta de nova metodologia, voltada especificamente para as cidades, chamada *Global Protocol for Community-scale Greenhouse Gas Emission Inventories*, GPC, baseada no *GHG Protocol*, originalmente pensado para empresa, é uma metodologia que não é como a do IPCC. Ressaltou a necessidade de capacitar funcionários da prefeitura para fazer o inventário. Informou que foi feito um treinamento; a mitigação pegou o ano de 2019 e quando começou a pandemia, em 2020, seria a fase da adaptação. Comentou que já havia uma equipe intersetorial da prefeitura, que foi obrigada a, rapidamente, lidar com os instrumentos a distância de discussão e terminou o plano. Esclareceu que a própria C40 não tinha

recursos; no final de 2018, teve recursos da Cooperação Internacional Britânica, um compromisso inclusive com o governo Britânico, deveriam fechar o balanço no final de 2020, e até novembro tinham que aprovar o plano no escritório de Londres. Destacou que em 04 de dezembro de 2020, receberam a resposta da C40, que incluía paridade com o investimento do governo Britânico. Salientou a repercussão, esclarecendo que ela era a Secretária Executiva do Comitê do de Mudança do Clima e do Comitê Gestor da Frota de São Paulo, que são os dois colegiados ligados à política municipal da mudança do clima, e que no dia em que o Plano de Ação Climática foi lançado, no dia seguinte, todas as competências que eram da Secretaria do Verde, exercidas por ela, foram levadas para uma secretaria executiva na Secretaria de Governo e uma pessoa que foi o braço direito do Ricardo Sales em Brasília, veio para chefiar essa nova secretaria. Comentou que quando se vai muito longe não se pode imaginar que não vai haver reação, a reação é uma prova cabal que se foi muito longe.

Ângela: Perguntou, manifestando preocupação, como a prefeitura, apesar de ter o plano, consegue responder a tantas pressões, de imobiliárias, de incineradores, o que vai ao contrário da recuperação de resíduos e da economia circular, o incinerador não recupera nada e gera materiais perigosos, havendo necessidade de um aterro para resíduos perigosos, por causa da toxicidade do material gerado. Perguntou também, considerando a preocupação com as cidades, como Laura vê a questão da compensação ambiental, que faz parte do processo de licenciamento, destrói aqui e planta no Vale do Ribeira, grandes porções de Mata Atlântica. Observou que tem que ter funcionário público na prefeitura, capacitação, ampliação do quadro, enquanto vivemos um momento inverso, em que estão destruindo isso. Salientou a questão das interrelações, por exemplo, as ações de resíduos têm relação com a energia estacionária, entre elas a habitação. Observou que existem ações que vêm de movimentos sociais, por exemplo, em habitação de baixa renda, em que se tem feito horta e compostagem, essa interconexão poderia ser mais valorizada. Observou, ainda, que no Cades a interação entre secretarias poderia ser mais forte, otimizar a ação interligada para as questões climáticas. Questionou como a prefeitura leva em conta o gráfico de estresse térmico, como é o uso desses instrumentos maravilhosos, na prática, para planejar, para a capacidade de adaptação, dando como exemplo a construção de UBS, para melhorar a situação das áreas sob estresse térmico e para prevenir esse estresse. Comentou que faz parte de um movimento para preservação da Mata Esmeralda, que está ameaçada pela construção de condomínios, tão difícil que se tem a sensação de ser quase impossível lutar por um sonho, citou o Parque da Fonte, lamentando que tudo demora um tempo para acontecer, é uma luta difícil. Concluiu agradecendo a Laura.

Bruno: Questionou como colocar um senso de urgência? Comentou que para nós, o senso de urgência já está dado, é muito claro, mas são conversas de cúpula ou de entendidos. Ressaltou que temos um plano muito sólido, que foi apresentado, e que quando esse Cades assumiu, falou-se que até 2030 seria preciso modificar radicalmente esta cidade, e temos essas datas como horizontes, 2030, 2050, 2100. Comentou que antes a “coisa” era muito catastrófica em 2100, agora é muito catastrófica em 2050 e, se bobear, 2030. Comentou também que na vida pessoal a gente muitas vezes se coloca um prazo menor para poder cumprir, enfatizando que temos que vislumbrar uma cidade transformada ou vamos naufragar.

Laura: Fez referência ao relatório do IPCC, fev/março de 2022, que aponta que 2030 “fecha a janela” (janela de ação).

Ana Aragão: Destacou o inventário como a principal ferramenta, pergunta se o inventário inclui a questão do patrimônio ambiental, que já se perdeu.

Laura: Ressalta que a prefeitura é muito impactada frente às pressões. Ressalta, ainda, que a mudança climática tem base energética, tem conteúdo ambiental, mas não é exclusivamente uma questão ambiental, é de modo de produção, que compromete a própria sobrevivência da sociedade no planeta. No caso dos governos locais, a prefeitura lida com a degradação, enquanto o setor privado toca o barco. A prefeitura precisa de dinheiro para enfrentar a exclusão social etc. e tem que lidar com diferentes interesses. Observou que o Estado só regula o capital imobiliário. Comentou que foi coordenadora do Cades Municipal, em que organizações sociais, setor privado, Secovi vão acirrando as relações. Mencionou que quando foi coordenadora do Grupo Executivo da Prefeitura de São Paulo para

Melhoramentos Cicloviários, manteve contato com o Metrô para instalação de um bicicletário na estação Butantã, após o acidente da cratera da estação Pinheiros, saiu o bicicletário, enfatizando que tudo pode ser uma oportunidade. Respondendo à pergunta sobre compensação ambiental, salientou que o “raciocínio linear”, que parece que sempre vai ser possível ir adiante, mas não existe um planeta B. Ressaltou que é importante reconhecer o valor da compensação ambiental, importante conciliar interesses. Citou a questão do Pré Sal, como algo que tem que ser ponderado, diante da justiça ambiental, problemas complexos demandam respostas complexas para tomar a melhor decisão. Citou o caso do projeto de construção de um túnel na avenida Chucrizaidan, em várzea, que poderia virar um piscinão. Salientou que se trata de um aprendizado coletivo. Respondendo à pergunta sobre o inventário, esclareceu que se trata de inventário de emissões de gases de efeito estufa e não de flora, fauna ou áreas públicas. Apontou a destruição do quadro de funcionários, como destruição do Estado, que está em falência, monopólio da força, regulação, prestação de serviço público. Comentou sobre a questão das burocracias legalistas e da necessidade de um Estado cada vez mais forte, diferentemente do que ocorre em sociedades mais igualitárias. Destacou a importância da otimização das ações intersetoriais, de agir de modo transversal, as questões de saúde, habitação, transporte precisam incorporar a variável climática. Salientou a importância da força transformadora do povo, salientando a importância de as pessoas conhecerem o problema e colocarem em marcha um processo de transformação. Em referência à questão de estresse térmico, apontou a necessidade de uma nova gestão do espaço construído, do desenho urbano, que favorece ou não o consumo energético, na proteção dos serviços ambientais. Frisou que se trata de um exercício institucional e social, pensar nas soluções, enfrentar o risco implica reconhecer o risco, sendo preciso acesso à informação para superar a crise maligna de colocar na mão de deus a solução do problema.

Bruno: Citou Emicida, observando que o que está por trás da pandemia é muito pior, como a catástrofe climática.

Laura: Comentou que cada capítulo do PlanClimase inicia com uma estrofe de alguma música, porque o conhecimento popular é importante.

Solange: Perguntou para Laura quais seriam os principais obstáculos do ponto de vista da governança para efetivar a implementação das ações definidas pelo PlanClima no curto e médio prazo, ou seja, 2025 e 2030 e, na perspectiva do controle e do engajamento social, o que ela consideraria como estratégia fundamental para alcançar maior capilaridade e promover o engajamento da sociedade para sua implementação.

Laura: Respondendo à pergunta sobre às principais obstruções à implementação do PlanClima, citou o Comitê da Frota, do qual foi coordenadora, explicando que a substituição da frota deixou de ser um problema da SPTrans para ser um problema de um colegiado, indústria automotiva, as empresas, representações da sociedade, Greenpeace, observou que isso é um exemplo de busca de soluções novas, a discussão colegiada, concertada em plenário. Destacou que todo o conhecimento que estava sedimentado na Secretaria (SVMA), lembrando que ela trabalha com essa temática desde 2003, foi posto de lado, levado para uma secretaria executiva, com cinco pessoas que nunca tinham trabalhado com isso, concluindo que é muito amplo o rol de variáveis de obstruções, sendo principal a cegueira, ganância e cupidez, incluindo na cegueira uma ignorância, que quanto mais alto no nível de poder menos se pode admitir. Fez referência também à questão orçamentária. Lembrou que nas reuniões do Comitê da Frota, o representante da Associação Brasileira do Veículo Elétrico debatendo com o representante da ANFAVEA dizia que se defendia o motor à combustão sem nem discutir o motor elétrico, atendendo a ordem da matriz. Questionou porque houve pressão para o CONAMA aprovar a mudança do padrão dos ônibus no Brasil, só para 2023. Ressaltou que há pressão de todo jeito sendo legítimo, em sua opinião, o custo disso. Por exemplo, a Petrobrás passar de 50 partes por milhão de enxofre no diesel para dez partes por milhão, investe um bilhão, muda a refinaria, mas qual o custo das condições técnicas de levar isso para o Brasil inteiro. Salientou que fundamentalmente o problema do custo é uma das principais obstruções, além da inércia da alma humana, que gosta sempre de lidar com aquilo que conhece (citando “a mente apavora o que ainda não é mesmo velho”). Ainda respondendo às perguntas, enfatizou que houve muita preocupação em levar a informação na ponta, na periferia; observou que agora que as competências não estão mais com a SVMA, os técnicos têm se dedicado

muito a fazer esse tipo de coisa, sempre procurando fazer até uma “catequese” para que cada pessoa seja sensibilizada e passe adiante a mensagem. Observou que existe uma questão que é política, que é a do voto, salientando que as pessoas têm que mudar seus processos de avaliação. Frisou que são poucos técnicos, mas que têm trabalhado muito nesse sentido, procurando capturar da população o que tem que ser corrigido na retórica e na condução, porque o Plano de Ação Climática será necessariamente revisto no mínimo a cada primeiro ano de governo. Ressaltou a importância de juntar elementos para essa revisão.

Maria Bonafé: Agradeceu muito, destacando que a apresentação foi fundamental, sendo importante fazer mais apresentações desse tipo.

Solange: Destacou a importância do papel das subprefeituras para contribuir na divulgação do PlanClima, promovendo encontros e disseminando as informações do plano.

Maria Bonafé: Observou que as subprefeituras estão com cada vez menos técnicos, sendo reduzida a uma mera zeladoria.

Laura: Reforçou que está à disposição para outras discussões. Salientou mais uma vez que a cada capítulo do PlanClima tem uma estrofe musical cabível porque se entende que o conhecimento popular tem igual valor que o conhecimento científico e acadêmico e que da combinação desses fatores vem a força da transformação.

Ângela: Destacou que o grupo tem um entrosamento e tem uma possibilidade de traçar algumas questões de um plano de ação, salientando que a apresentação da Laura foi muito importante para mostrar até onde o Cades pode ir, quem se quer atingir, que utopia se tem em relação ao clima, por exemplo, que é uma questão seríssima. Reforçou que foi ótimo porque assim pode-se traçar os rumos para um plano do Cades.

Laura: Complementou, fazendo referência a eventuais planos de bairro para já incorporar essas variáveis.

Maria Bonafé: Informou que irá participar de um curso sobre planos de bairro da prefeitura.

Laura: Finalizando e respondendo ao Bruno, informou que a prefeitura tem uma lei de licitações sustentáveis (Lei 17.260/2020). A prefeitura tem poder, tem que usar.

Maria Bonafé: Agradeceu mais uma vez e Laura reforçou que está à disposição (Laura se retirou da reunião). Na sequência, retomou a pauta do dia:

- 1- ata da reunião passada: aprovada pelos conselheiros presentes
- 2- Informes gerais sobre meios de comunicação do grupo (whatsapp, email), reiterar o que já havia sido combinado

Ana Aragão: Levantou dois pontos: (i) a necessidade de sempre serem tratados de assuntos relevantes ao Cades, focando sempre em assuntos do Cades; (ii) quando se adicionar alguma pessoa, apresentá-la. Ressaltou que isso foi acordado e pediu que se trate o Cades como Cades, que é de extrema importância na cidade. Comentou que os Cades Regionais têm um papel mais importante que o “Cadão”, bem mais contundente, mais ativo, e que luta muito por isso.

Maria Bonafé: Lembrou que o que havia sido conversado é que os meios oficiais seriam os emails, comentando que está tendo muita coisa no whatsapp que não se consegue acompanhar, algo que é colocado somente muito tempo depois tem-se um retorno, perde-se a coesão às vezes, ficando um pouco perdido. Destacou que um ponto importante que deveria ser tratado na reunião seria retomar todas as pendências que ficaram das reuniões anteriores: os grupos que foram formados. Indicou se seria o caso de fazer uma reunião extraordinária para abordar esses assuntos, perguntando aos conselheiros.

Ana Aragão: Manifestou-se a favor da realização de uma reunião extraordinária, para mostrar o trabalho dos grupos criados, que têm um trabalho muito importante, ativo,

Maria Bonafé: Sugeriu que cada coordenador escreva sobre do que o grupo trata, salientando a importância de se ter uma relação desses grupos para depois juntar toda essa informação. Observou que dois pontos ainda teriam que ser tratados na reunião, se os conselheiros considerarem pertinente: 1) a questão da “praça cimentada” e 2) a carta sobre o Ponto de Economia Solidária. Além da pauta da próxima reunião.

Ana Aragão: Concordou que os dois assuntos deveriam ser tratados na reunião em curso.

Maria Bonafé: Sobre a carta do Ponto de Economia Solidária, pediu ao Alessandro que falasse, lembrando que ocorreu uma audiência na Câmara sobre esse assunto.

Alessandro:(após um problema de áudio) Destacou que houve a audiência pública na Câmara Municipal para tratar do Ponto de Economia Solidária foi muito produtiva, com a presença da Secretária de Saúde, comentou que ninguém do Instituto Butantan esteve presente, apenas uma pessoa que estava online se apresentou como ouvinte, ficando muito claro que a Secretária de Saúde não vai ceder a área sem luta sem resistência, palavras do representante da Saúde. Observou que sobre a carta com pedido de informação, já existe um processo aberto, requisitando o terreno do Ponto (escola e centro de saúde não). Comentou que chegaram a afirmar que a prefeitura tinha se apropriado da área, o que não condiz com a verdade, salientando que houve uma desapropriação legal ainda na década de 70. Observou que a questão do Ponto está bem encaminhada e que uma carta do Cades, como órgão oficial seria prematuro, informando que o assunto foi tratado direto com a Casa Civil, não tendo passado pelo CGPatri e nem pela Secretária da Saúde. Diante disso, sugere que se aguarde para encaminhar a carta, para não haver precipitação.

Ângela: Comentou que o áudio não estava bom. Informou que acompanha essa discussão desde 2018, frisando que o Instituto Butantan não vai pedir para a prefeitura a área da escola Alberto Torres porque é uma área do Estado é do Instituto Butantan, o CSEB idem, por isso, explicou, é que eles estão pedindo para a prefeitura apenas o espaço do Ponto de Economia Solidária.

Alessandro: Observou que ficou claro com a explicação da Ângela.

Ângela: Propôs avaliar no Cades o que as pessoas pensam, salientando que entende que o Cades é uma força no sentido político, tem uma representação da prefeitura e da sociedade civil, é uma estrutura que está pensando seu território, que propõem programas, sendo um dever do Cades se posicionar em relação à solicitação que foi feita, não só à prefeitura, mas sobre o que está acontecendo.

Alessandro: Contribuindo com o debate, informou que a audiência foi gravada e está disponível no YouTube, sugeriu que as pessoas assistam partes da reunião, para formar um consenso, porque reunião foi bem produtiva, até para formatar a carta, se for o caso, baseado no que foi discutido lá. Observou que a primeira carta que leu, tem um teor que ele não sabe se seria adequado. Convidou a todos a que ouçam a audiência, formem uma nova proposta ou mantenham aquela, democraticamente, salientando que considera fundamental que os conselheiros ouçam o que foi discutido na audiência, como sugestão.

Ana Aragão: Aceitou a sugestão, comentando que Alessandro esteve na audiência e está fazendo um relato, entende que devam assistir e discutir e tirar uma posição comum a todos.

Ângela: Concorde que pode ser interessante e pediu se pode ser enviado o link, salientou mais uma vez que está muito claro que a audiência na Câmara Municipal é a relação com a Prefeitura, sobre espaço do Ponto de Economia Solidária, observando que, enquanto cidadãos do território do Butantã, o que pensamos, que seria legal assistir, entendendo que é um diálogo com uma instância, de legislação local, da prefeitura.

Ana Aragão: Ponderou que é em termos, lembrou que no dia anterior participou de uma audiência a favor do Morro do Querosene, própria subprefeita participou. Destacou que o Cades tem um poder de voz e que deveria tirar um consenso mesmo.

Maria Bonafé: Observou que uma carta que seja aprovada pelo Cades tem que ser feita em conjunto, lembrando que os assuntos pertinentes ao Cades são, por exemplo, o Ponto de Economia Solidária porque passa por uma área de preservação. Sobre os outros assuntos, afirmou ter dúvida se são pertinentes ao Cades, que pode dar apoio, teria que mudar um pouco o teor da carta., por exemplo, a parte da carta que fala em “repúdio”. Comentou que não concorda e usaria outros termos. Salientou que uma carta que sai em nome do Cades é uma coisa muito séria, tem que ser assinada pela subprefeita, que é a presidente do Cades. Ponderou que é preciso mexer com uma certa calma, esclarecendo que não é contra, que o Cades tem que apoiar naquilo que é pertinente aos assuntos do Cades. O ponto de Economia é, porque tem toda uma área de APP. Reiterou que as outras áreas que são do Estado talvez tenham que ter outros meios de manifestação, o que até já foi feito, na Rede Butantã. Ressaltou que ninguém sabe o que eles (Instituto Butantan) vão fazer, é para ser discutido.

Solange: Comentou que acompanhou a audiência da Câmara Municipal, salientando que houve ótimas falas e intervenções. Observou que o Instituto Butantan não enviou, oficialmente, nenhum representante para a audiência, sendo que havia apenas uma pessoa, on-line, que afirmou estar participando da audiência como ouvinte.

Alessandro: Concorda que a discussão é complexa e merece ser abordada com mais tempo, reforçando a sugestão de assistir a audiência gravada para uma discussão com mais embasamento.

Maria Bonafé: Sugeriu uma reunião extraordinária na próxima quarta-feira, virtual, que também discutiria a continuidade das reuniões do Cades de forma virtual, lembrando que Sabino colocou no grupo um decreto da Casa Civil que permite fazer reunião presencial.

Alessandro: Observou que no CPM as reuniões são apenas virtuais.

Maria Bonafé: Lembrou que na reunião passada do Cades foi feita uma votação que mostrou que a maioria das pessoas prefere reunião virtual. Lembrou, ainda, que nos outros Cades não tinha quórum quando era presencial e sugeriu que futuramente as reuniões sejam híbridas

Alessandro: Reiterou a realização de uma reunião extraordinária, quarta-feira, 06 de julho, às 19h. Informou que irá fazer a publicação e que a reunião será para debater os GT's e a questão da carta de apoio.

Ana Aragão: Observou que é a favor da reunião presencial, mas comentou que havia acabado de sair do hospital, tendo ficado internada oito dias, com hospitais lotados de Covid, ninguém consegue explicar quem vai ser atingido, de repente pessoa está infectada. Esclareceu que não teve Covid, mas poderia ter tido, que 80% das internações são de Covid e os 20% que sobram, ao final do tratamento, uma parte daquelas pessoas descobrem que também estão com Covid. Questiona porque não estão divulgando devidamente, da maneira correta, salientando que está muito grave a situação.

Maria Bonafé: Confirmou a reunião extraordinária no dia 06, quarta-feira, às 19h, para prioritariamente discutir a questão da carta. Observou que ainda um ponto a ser tratado refere-se à questão da “praça cimentada”, ressaltando que fez um documento e passou para todos por email, que precisaria ser encaminhado. Perguntou a Alessandro se seria encaminhado para a subprefeitura.

Ângela: perguntou quantos conselheiro estarão presentes na reunião extraordinária.

Alessandro: Confirmou que o encaminhamento correto do documento é para a subprefeitura.

Ângela: Verificando as manifestações no chat, informou que não estarão presentes Luciana, Vinicius.

Luciana: Informou que irá assistir a audiência dar opinião antes de viajar.

Ângela: Saliu a importância de que aqueles que não puderam participar da reunião, assistirem a audiência e opinar.

Ana Aragão: Concordou e frisou que a questão da praça também é urgente.

Luciana: Informou que o Instituto é uma ONG que atua no Morro, faz algumas ações, tendo sido muito importante durante a pandemia, estava sempre arrecadando cem, duzentas cestas básicas para comunidade, tendo ajudado muito a comunidade. Destacou que a única observação sobre a carta é em relação ao último item, que pede a devolução imediata da praça. Observou que ela pediria pra eles refazerem a praça e cuidarem de acordo com a legislação e não cancelar o termo. Manifestou sua opinião, ressaltando que se houver fiscalização e se eles tiverem fazendo corretamente, não teria problemas continuar cuidando, até porque a praça estava abandonada, era um matagal. Frisou que eles tentaram, mas de uma maneira errada, que não justifica, ponderando que falta um apoio técnico para dizer que aquilo é errado, faltam os termos que informem o que pode e o que não pode fazer, numa praça, porque acredita que eles não têm conhecimento, cabendo à subprefeitura estar fiscalizando e falando o que pode e o que não pode. Concluiu sua fala afirmando concordar com o documento, apenas tendo mais cuidado com o item que pede a devolução da praça porque é uma ONG importante na comunidade, podendo causar um mal-estar com a comunidade.

Ana Aragão: Ponderou que também não pode destruir as árvores.

Luciana: Observou que cabe ao Cades educar e dar informação e não sair tirando alguém que está disposto a cuidar

Maria Bonafé: Ressaltou que foi colocada uma parte da legislação no documento e concordou com Luciana que não é para tirar.

Ana Aragão: Indicou sugerir que eles procurem orientação da prefeitura no refazer ou na entrega agora em condições adequadas, fazendo junto com a prefeitura.

Solange: Ressaltou que a legislação prevê que o cooperante deve ter acompanhamento de responsáveis técnicos devidamente inscritos nos conselhos profissionais, observando que não é certo colocar toda responsabilidade técnica na subprefeitura.

Luciana: Sugeriu colocar na carta que eles refaçam o serviço e recuperem com a fiscalização de um responsável técnico com CAU ou CREA, podendo constar na carta, seguindo a norma do decreto e tirando a última frase que diz que eles serão removidos. Informou que passou no local e continua tudo igual, com entulho, coisas de obra. Manifestou sua aflição porque cada vez mais está sendo deixado como está e ninguém foi lá. Comentou que não conseguiu falar com a Angélica, mandou email, tentou ligar, ninguém atende no telefone, para ter um retorno sobre se ela falou com alguém de lá.

Alessandro: Falou que pode fazer uma visita, conversar com o pessoal, orientá-los, frisando que o intuito não é tirar a “posse” deles, mas ajudar para que eles continuem lá de uma maneira adequada.

Maria Bonafé: Perguntou como fazer com o documento, se aprova hoje.

Alessandro: Sugeriu aprovar, retirando o último parágrafo, como foi sugerido pela Luciana, e considerado aprovado pode dar encaminhamento, enquanto Cades, para a prefeitura poder notificar a pessoa que tem o termo de cooperação. Saliu a que agora é tudo com documento, para gerar uma memória.

Maria Bonafé: Reafirmou que irá tirar o parágrafo e encaminhar para Alessandro abrir um SEI.

Alessandro: Confirmou que irá abrir um SEI, com o processo formado, notifica o cooperante para ir na subprefeitura, para dar orientação, comentou que considera fácil de eles adequarem, porque a praça não é tão grande.

Maria Bonafé: Observou que não se trata de uma praça.

Luciana: Salientou que é um “resto de terreno”, informando que um dos responsáveis pela ONG tem o muro da casa na divisa com essa área. Comentou que ele fez coisas com as quais não concorda, abriu janelas para a praça e colocou o abrigo de água dele no cantinho da praça. Mencionou que chamaram a prefeitura, que não foi, e está tudo lá. Comentou que tem essa situação de ali “ser o canto dele”, de ele ser o “dono” daquele espaço. Observou, ainda, que já tem um precedente de que ele cuida da praça, mas é porque ele é vizinho. Esclareceu que tem outros vizinhos no entorno que estão incomodados, que ficam ligando perguntado se vai “tirar o cimento”, não são poucos, já foram seis, sete que ligaram, salientou que existe uma cobrança de outras pessoas, mas ao mesmo tempo existe os prós do Instituto, que também fez outra praça, colocando mesinhas, afirmando que muita gente gosta e outros não, é a opinião de cada um. Informou, ainda que ele quer fazer mesinha nessa área, afirmando ter preocupação pois não sabe se pode fazer mesinha de concreto no meio da praça.

Solange: Observou que o problema nesses casos é tratar a área pública como coisa privada.

Luciana: Reiterou que não foi mais falar com a pessoa, sendo que tudo deve ser tratado via Cades.

Maria Bonafé:Reforçou que os assuntos mais graves devem ser encaminhados por email oficial do Cades, ressaltando que no Whasapp as coisas ficam muito perdidas. Concluiu, reafirmando que irá enviar o documento para Alessandro sem o parágrafo final, para abrir um SEI.

Alessandro: Confirmou o encaminhamento.

Maria Bonafé: Encerrou a reunião.

Transcrição do Chat:

Alessandro di Carlo Formigoni19:12

Alessandro do Carlo Formigoni presente

Angela Baeder19:12

Boa noite, pessoal. Angela Martins Baeder.

Bruno Salerno Rodrigues19:13

Bruno Salerno Rodrigues

Mila Maluhy19:13

Mila Maluhy

Boa noite!

Ana Aragão19:24

Boa noite, perdoem o atraso

Mila Maluhy20:00

Muito obrigada, Laura!

Luciana mm20:00

me inscrevo fazer uma pergunta

Bruno Salerno Rodrigues20:00

Muito bom! Obrigado, Laura.

Élio Camargo20:00

Obrigado!

Angela Baeder20:01

me inscrevo

Ana Aragão20:12

Vou colocar minha pergunta aqui : - Você cita inúmeras vezes o inventário.... E é exatamente o INVENTÁRIO ambiental, a peça mais importante que move qualquer plano de ação ligada a

clima ou meio ambiente ! Então, pergunto : o que exatamente o inventário revelou ?
Basicamente em termos de Mata Atlântica e do cerrado, porque é o que cobre todo o território de São Paulo ...
Feita minha pergunta
Bruno Salerno Rodrigues20:12
eu me inscrevo
Ana Aragão20:13
Por favor, considerem minha pergunta, está feita
Ana Aragão20:14
Revelado o principal mote do inventário, o que tornou-se prioritário, sempre considerando mata / cerrado/ água
Bruno Salerno Rodrigues20:32
Por enquanto é só marketing verde pra cá e pra lá
Bruno Salerno Rodrigues20:35
o Sesc tem feito o movimento de usar as licitações para estimular a produção sustentável (e divulgar nas unidades)
julia lourencao20:42
🗉
Mila Maluhy20:58
Pessoal, temos que prestar atenção no horário. Ainda temos nossa pauta.
Maria Angélica Oliveira20:59
Gratidão Laura que incrível conversa
Gratidão imensa Laura
Mila Maluhy21:00
Obrigada, Laura!
Ana Aragão21:01
Muito obrigada, Laura ! Volte sempre para nos iluminar !
Maria Angélica Oliveira21:01
Sim Bonafe totalmente
Laura Ceneviva21:01
Estou à disposição de vocês
Angela Baeder21:01
Maravilhoso Laura! Gratidão!!!!
Maria Angélica Oliveira21:04
Planos de ação na subprefeitura Butantã que ainda resta um suspiro de esperança Laura
Élio Camargo21:05
Parabéns
Luciana mm21:06
aprovada
Mila Maluhy21:06
Aprovada
Alessandro di Carlo Formigoni21:06
Aprovada
Maria Angélica Oliveira21:06
Aprovada
Maria Angélica Oliveira21:08
Eu tenho um informe vê importante relevante para o CADES
Você21:09
acho que vale uma rodada sobre o andamento dos GTS
Bruno Salerno Rodrigues21:12
não ouço
Você21:14
estou ouvindo aqui
Élio Camargo21:20
Houve apresentação de documentos que provam que a área é da prefeitura e cedida à Secretaria da Saúde. Só será cedida ao Instituto Butantã se houver interesses políticos.

Bruno Salerno Rodrigues21:20

<https://www.youtube.com/watch?v=g8M7fmP0fJ4>

Maria Angélica Oliveira21:22

Eu vou assistir pra formar uma opinião e proponho que devemos falar em uma reunião extraordinária

Maria Angélica Oliveira21:24

E que o que estar travando não é a prefeitura e sim o Instituto Butantã esse é o nosso objetivo

Luciana mm21:25

concordo em ver a audiencia e depois opinar

Maria Angélica Oliveira21:26

Concordo

Luciana mm21:26

estou fora de 6 a12, sem conexão internet

Maria Angélica Oliveira21:27

Vdd

Luciana mm21:27

continuará virtual, pois casos estão muitos ainda.

Você21:29

eu também estarei fora de 1 a 11

eu não estarei

Vinicius

Solange Sánchez21:30

eu estarei

julia lourencao21:30

Eu posso virtualmente

Virtualmente

Bruno Salerno Rodrigues21:30

não consigo dar certeza agora, mas provavelmente sim

Élio Camargo21:30

Estarei

Bruno Salerno Rodrigues21:30

boa ideia!

Maria Angélica Oliveira21:35

Existe algum departamento de mediação de conflitos n sub para acomodar a lésbico e pra resolver isso

Alessandro di Carlo Formigoni21:35

Não existe não

Maria Angélica Oliveira21:35

Obrigada Alexandro

Tem que reformular o último parágrafo e encaminha

Maria Angélica Oliveira21:37

Faz muito bem Alexandro processo Sei qualifica a discussão

Maria Angélica Oliveira21:41

VddBonafe